

APRESENTAÇÃO À

Comissão Especial destinada a proferir
Parecer à Proposta de Emenda à
Constituição nº 241-A, de 2016, do Poder
Executivo, que “altera o Ato das
Disposições Constitucionais Transitórias,
para instituir o novo regime fiscal” (**Novo
Regime Fiscal**)

Samuel de Abreu Pessôa

31 de Agosto de 2016

PLANO DA APRESENTAÇÃO

- **Problema estrutural das finanças públicas**
- **Natureza da desaceleração econômica no primeiro mandato da presidente Dilma**
- **Agravamento da crise no segundo semestre de 2014**
- **Economia política brasileira e estratégia da PEC**

PROBLEMA ESTRUTURAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Discriminação Variação % Constantes	1998 - 2010	2011 - 2014	2014	2015
RECEITA TOTAL	6,8	2,4	-0,9	-4,0
RECEITA LÍQUIDA RECORRENTE	6,3	2,8	1,0	-2,0
DESPESA TOTAL	6,5	5,6	6,5	-0,8
PIB	3,2	2,2	0,1	-3,8

Fonte: MF/STN; BCB. Elaboração FGV/IBRE

NATUREZA DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA DILMA I

- Na virada de Lula II para Dilma I a economia crescia a 3,5% ao ano
- Em 2014 o crescimento foi de 0,1%
- A desaceleração ocorreu concomitantemente com os seguintes fenômenos:
 - A taxa de crescimento da demanda (consumo e investimento) sempre esteve acima da taxa de crescimento da produção
 - Juros reais elevados
 - Inflação pressionada
 - Piora continuada do déficit externo, até US\$104 bilhões de déficit em 2014
 - Piora continuada do déficit público primário até o déficit de 1,5% do PIB (ou R\$90 bilhões a preços de hoje)
 - Continuada queda da taxa de desemprego com salários subindo além da produtividade
- TODOS SÃO SINAIS DE QUE A PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA DESPENCOU

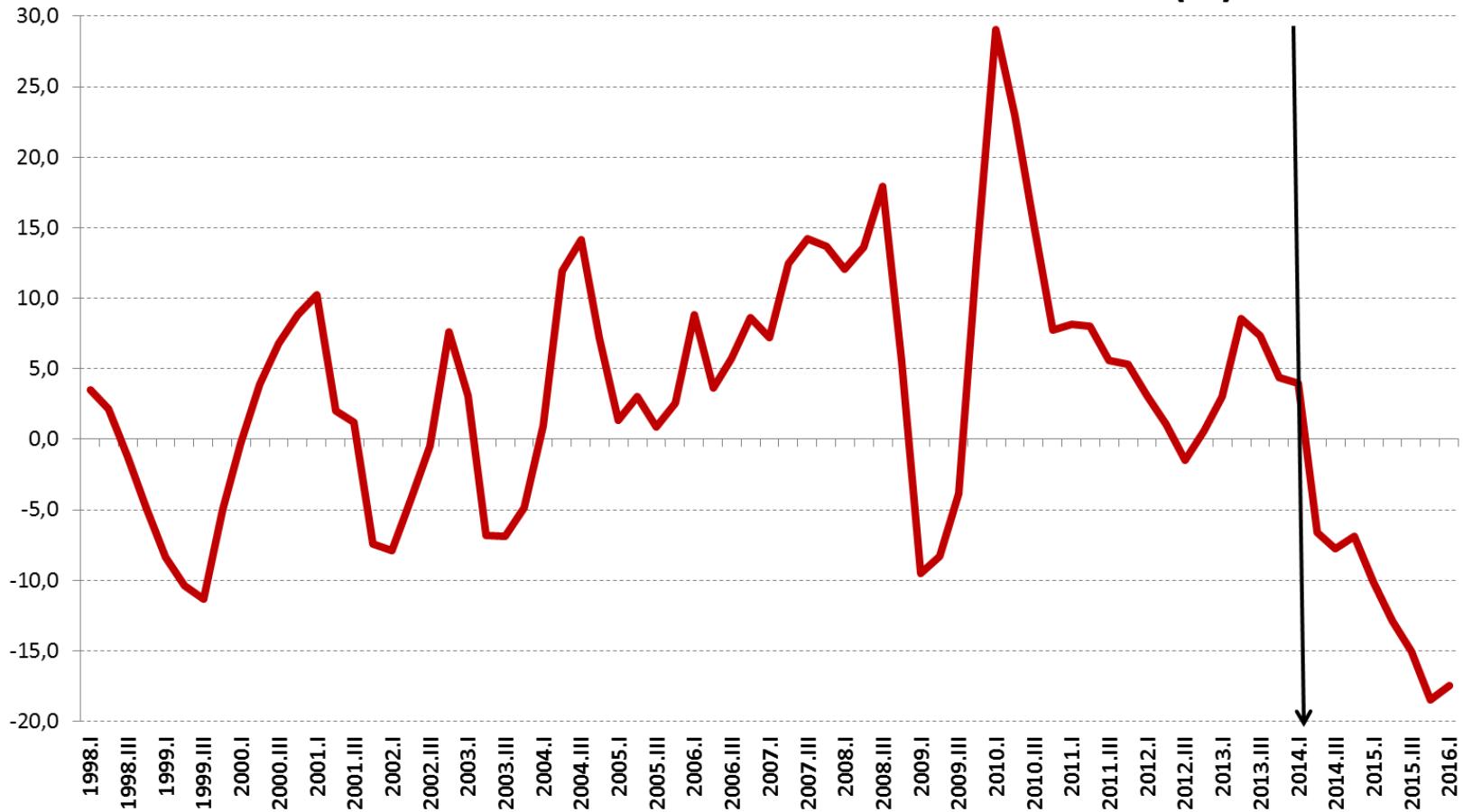
NATUREZA DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA DILMA I

Taxa de crescimento do produto real (%) – Fonte: FMI

	1985-1994	1995-2002	2003-2010	2011-2014	2011-2016
Mundo	3,3	3,5	4,2	3,6	3,5
A.L. ex Brasil	3,0	2,1	4,1	3,5	3,1
Brasil	2,8	2,4	4,0	2,2	0,3
Termos de troca - Brasil	82	100	102	121	117

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO INVESTIMENTO Trimestre ante mesmo trimestre ano anterior (%)



AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- Segundo nossas previsões a renda per capita no quadriênio 2014-2017 recuará 9,6%
- O pior quadriênio anterior desde 1900 foi o quadriênio 1981-1984 quando a renda per capita recuou 9,7%
- Competição macabra

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- POR QUE MOTIVO O INVESTIMENTO DESPENCOU? DOIS MOTIVOS
 - Expectativas
 - Em 2014 o déficit primário divulgado foi de 0,6% do PIB (despedalado deu 1,5% do PIB)
 - A dívida pública era de 60% do PIB
 - A razão dívida-PIB cresce, em condições normais, a 4% ao ano (4% sobre uma base de 60% do PIB resultado 2,4% do PIB)
 - O buraco fiscal era de 3% do PIB (2,4+0,6)
 - Dívida cresce como bola de neve: a sociedade não consegue resolver seu conflito distributivo de forma civilizada
 - Queda da rentabilidade do investimento expresso pela própria queda do crescimento

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- TERIA SIDO O ENDIVIDAMENTO
- O endividamento cresceu, apesar da queda da rentabilidade, pois o custo do investimento (BNDES) caiu muito
 - O Tesouro emprestou 10% do PIB ao BNDES
 - Houve troca de fontes próprias de financiamento por dívida barata
 - Não há sinais de que o endividamento externo das empresas seja excessivo
 - A posição em janeiro de 2016 das empresas excluindo Petro e Vale era de dívida externa de 4,3% do PIB, para exportações líquidas, também excluindo Vale e Petro de 7% do PIB

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- **TERIA SIDO O AJUSTE FISCAL DE JOAQUIM LEVY?**
- Se a queda de 3,8% do PIB em 2015 fosse causada pela queda do gasto público, seria necessário que, para cada real a menos de gasto pelo setor público, ocorresse redução de produção de 5,2 reais no mesmo ano calendário
- A tese de que o agravamento da crise foi causada pelo ajuste fiscal implica o multiplicador fiscal no Brasil ser da ordem de 5,2 e que ele opera no mesmo ano da implantação da política fiscal austera
- Estudos mostram que economias emergentes com juros reais e inflação elevados apresentam multiplicador fiscal entre 0-1 em 24 meses seguintes
- De fato, vimos que o agravamento da crise começou no início de 2014
- Adicionalmente a inflação ainda encontra-se muito elevada principalmente a inflação de preços livres

AGRAVAMENTO DA CRISE 2014

- A crise brasileira segue do reconhecimento pelos agentes econômicos que temos um problema de solvência
- Dívida que cresce tal qual bola de neve impossibilita o cálculo empresarial, e, portanto, produz forte queda do investimento
- Se nada for feito a inflação retornará e retornaremos aos anos 80 e 90
 - Vale lembrar que a inflação na Argentina roda na casa de 35-40%

- A enorme dificuldade de um ajuste fiscal:
 - Lógica da ação coletiva
- A PEC inverte a lógica ao disciplinar nosso conflito distributivo
- Por que não é eficaz iniciar o ajuste por meio de um aumento da carga tributária?
 - Dois motivos:
 - Desequilíbrio estrutural e crescente
 - Problema inflacionário

ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA E ESTRATÉGIA DA PEC

- Com a receita em queda, corrigir pela inflação é um mecanismo de proteção da despesa desses setores em momentos como o atual, em que a forte recessão derruba a receita
- A constituição estabelece é o limite mínimo. Nada impede que o Congresso decida gastar mais que o mínimo, desde que aponte quais despesas vai cortar para acomodar aumentos na saúde e educação
- Nos últimos anos saúde e educação têm sido contempladas com valores muito superiores ao mínimo, na faixa de mais de 15 bilhões cada
- No caso da educação, o Fundeb está excetuado do limite de gastos
- Se a economia desabar e a renda continuar caindo e a inflação subindo, a demanda por serviços públicos de saúde e educação vai explodir, de modo que é preciso escolher entre ter um ajuste fiscal agora, que vai melhorar a vida de todos e permitir mais gastos no futuro, ou deixar a economia afundar e tentar remediar a carência social com aumentos marginais na despesa de saúde e educação, que não vão dar conta do tamanho do problema

Considerações Finais

- **O primeiro resultado da Constituição de 1988 foi a hiperinflação brasileira.**
- **A melhora social somente ocorreu com a estabilização promovida pelo Plano Real.**
- **A PEC visa recuperar as condições fiscais para que não percamos os avanços sociais e econômicos que tivemos até agora.**